

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	12
BALANÇO PATRIMONIAL	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
1.CONTEXTO OPERACIONAL	14
2.BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
3.RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20
4.CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	21
5.CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	21
6.RESULTADO FINANCEIRO	22
7.TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS	23
8.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26
9.TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	26
10.CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	26
11.IMOBILIZADO	27
12.INTANGÍVEL	27
13.FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS	29
14.EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	29
15.USO DO BEM PÚBLICO (UBP)	31
16.PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	31
17.PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
18.PARTES RELACIONADAS	36
19.CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	37
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	43

Companhia Hidrelétrica Teles Pires

Relatório de Administração – 2023

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (doravante denominada "Companhia" ou "CHTP") com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, constituída em 4 de novembro de 2010, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a exploração da Usina Hidrelétrica Teles Pires, com potência instalada de 1.820 MW, e seu sistema de transmissão associado, localizado no Rio Teles Pires, nos Municípios de Paranaíba, Estado do Mato Grosso e Jacareacanga, Estado do Pará, em consonância com as regras emanadas no leilão do empreendimento, com seu contrato de concessão e demais regras aplicáveis. As atividades da Companhia são regulamentadas principalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 7 de junho de 2011, foi firmado o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para geração de energia elétrica nº02/2011 (doravante designado "Contrato de Concessão"), entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, sob o regime de Produtor Independente de Energia Elétrica.

O prazo do Contrato de Concessão, originalmente de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura, foi prorrogado por mais 234 dias, relativos ao ressarcimento pelo risco não hidrológico. No termo final, todos os bens e instalações vinculados à Unidade Hidrelétrica Teles Pires S.A. ("UHE Teles Pires") passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização das parcelas dos investimentos posteriores ao projeto original da usina, e que ainda não estejam amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente.

Em 10 de fevereiro de 2015, foi assinado Termo de Compromisso entre a ANEEL e a Companhia estabelecendo as condições e os prazos das obrigações de fornecimento de energia elétrica por parte da UHE Teles Pires, previstas nos (CCEAR) assinados em decorrência do Leilão de energia nº 004/2010 (A-5/2010), para o período do atraso da entrada em operação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 12/2012, de responsabilidade de terceiros e necessárias ao escoamento de energia a ser produzida pela UHE Teles Pires.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela UHE Teles Pires e comercializada pela Companhia ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada é negociada na seguinte proporção:

- 65% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 123,67 por MW/h referenciado em dezembro de 2023, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

- 35% são atualmente destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre ("CCEAL").

Em 30 de novembro de 2022, por meio da Portaria no. 709, o Ministério de Minas e Energia definiu o novo montante de garantia física da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que passou de 939,4 MWm para 964,2 MWm. Esta alteração é oriunda do processo de Revisão Ordinária de Garantia

Física de Energia das Usinas Hidrelétricas que serão válidos a partir de 1º de Janeiro de 2023.

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 650.045 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 608.225 em 31 de dezembro de 2022). O prejuízo do exercício de 2023 é de R\$ 41.820 (R\$ 40.740 em 31 de dezembro de 2022). A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

Em 16 de dezembro de 2022, a Neoenergia S.A. celebrou com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte um Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual acordaram uma permuta de participações acionárias detidas em diversas empresas, dentre as quais a totalidade da participação acionária detida pela Neoenergia S.A na Companhia. Em 26 de setembro de 2023 houve a assinatura do Termo de Fechamento ao Contrato de permuta de Ações. Desta forma, a partir desta data, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte passa a ser Controladora da Teles Pires Participações S.A.

No atual estágio de suas operações, conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia continuará dependendo de recursos de seus acionistas para honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 11 e 12), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 7).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 09 de fevereiro de 2024 e será apresentado ao conselho de administração em 16 de fevereiro de 2024.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados econômicos-financeiros (R\$ mil)	2023	2022	Variação (R\$)	Variação (%)
Receita Operacional Bruta	1.045.911	1.089.538	(43.627)	-4,0%
Receita Operacional Líquida	885.487	916.260	(30.773)	-3,4%
EBITDA	315.553	315.114	439	0,1%
Resultado do Serviço - EBIT	139.906	139.826	80	0,1%
Resultado Financeiro	(201.122)	(199.585)	(1.536)	0,8%
Lucro Líquido	(41.820)	(40.740)	(1.080)	2,6%

Informações Patrimoniais (R\$ mil)	2023	2022	Variação (R\$)	Variação (%)
Ativo Total	4.463.498	4.658.961	(195.461)	-4,2%
Dívida Bruta	2.165.627	2.322.807	(157.180)	-6,8%
Dívida Líquida	2.032.288	2.131.855	(99.567)	-4,7%
Patrimônio Líquido	1.836.856	1.878.676	(41.821)	-2,2%

Atendendo à Instrução CVM No 527, demonstramos, no quadro a seguir, a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação do LAJIDA (EBITDA) - R\$ Mil	2023	2022	Varição (R\$)	Varição (%)
(Prejuízo) Lucro Líquido	(41.820)	(40.740)	(1.080)	2,6%
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e Diferido	(19.396)	(19.019)	(377)	2,0%
Amortização e Depreciação	175.647	175.288	359	0,2%
Receitas Financeiras	(23.779)	(27.987)	4.208	-15,0%
Despesas Financeiras	224.668	228.002	(3.334)	-1,5%
Outros Resultados Financeiros Líquidos	233	(430)	663	-154,2%
LAJIDA (EBITDA)	315.553	315.114	439	0,1%

3. ENDIVIDAMENTO

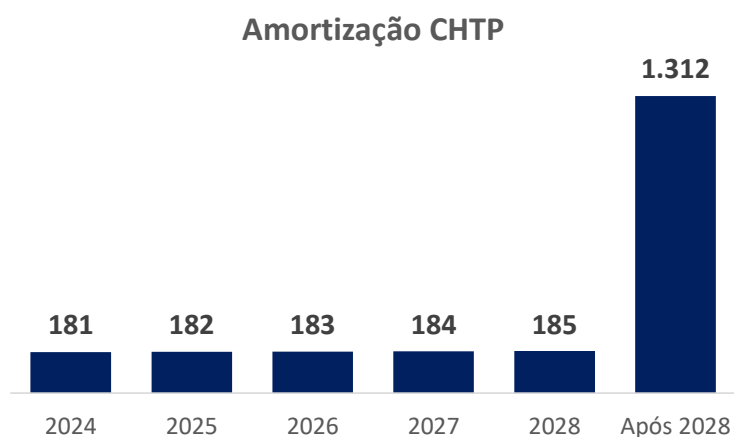
3.1 PERFIL DA DÍVIDA

A Companhia assinou com o BNDES, em 27 de setembro de 2012, os instrumentos denominados documentos de financiamento, sendo eles: (i) Contrato de penhor e outras avenças; (ii) Contrato de cessão fiduciária de direito, administração de contas e outras avenças; e (iii) Contratos de financiamento Direto, firmado com o BNDES no valor de R\$1.212.000, e de Repasse de recursos firmado com o Banco do Brasil no valor de R\$1.200.000, decorrentes da Dec. Nº Dir. 766/2012-BNDES, de 24 de julho de 2012, no valor total de R\$2.412.000.

Os contratos foram assinados para pagamento em 240 meses, com carência para início de pagamento em julho de 2015 e vencimento final do principal e juros em 2036.

São cobrados juros de 1,89% a.a. acima da TJLP para os valores liberados referentes ao contrato de repasse, e 2,02% a.a. acima da TJLP para os valores referentes ao contrato direto.

Em 9 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco do Brasil concederam a suspensão temporária do pagamento de principal e juros, com capitalização no saldo devedor do montante que deixar de ser pago, a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela mencionada suspensão, pelo período compreendido entre dezembro de 2021 e junho de 2022, sem prejuízo do vencimento original dos contratos de financiamento. A economia de caixa para a Companhia foi de aproximadamente R\$ 194 milhões.



4. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) para realização de auditoria para o exercício de 2023 para a prestação dos seguintes serviços de auditoria, tanto para a Companhia como para sua controladora, TPP:

Serviço	Valor (R\$ mil)	Prazo
Auditoria das Demonstrações contábeis ; e revisões das Demonstrações Intermediárias	R\$ 328	12 meses

5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, aos bancos financiadores, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2023	2022
Receita operacional, líquida	3	885.487	916.260
Custos dos serviços		(729.636)	(763.587)
Custos com energia elétrica	4	(519.003)	(549.342)
Custos de operação	5	(210.633)	(214.245)
Lucro bruto		155.851	152.673
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(15.945)	(12.847)
Lucro operacional		139.906	139.826
Resultado financeiro	6	(201.122)	(199.585)
Receitas financeiras		23.779	27.987
Despesas financeiras		(224.668)	(228.002)
Outros resultados financeiros, líquidos		(233)	430
(Prejuízo) lucro antes dos tributos		(61.216)	(59.759)
Tributos sobre o lucro	7.1.1	19.396	19.019
Diferido		19.396	19.019
Prejuízo Líquido do exercício		(41.820)	(40.740)
Prejuízo básico e diluído por ação do capital – R\$:		(0,02)	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo líquido do exercício	(41.820)	(40.740)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(41.820)</u>	<u>(40.740)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(41.820)	(40.740)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	175.647	175.288
Baixa e/ou alienação de ativos não circulantes	144	39
Tributos sobre o lucro	(19.396)	(19.019)
Resultado financeiro, líquido	201.122	199.585
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(3.582)	(46.600)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(1.034)	6.447
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(402)	641
Obrigações com meio ambiente	(12.842)	(15.521)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(5.495)	(13.547)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	2.502	(181)
Outros ativos e passivos, líquidos	(6.132)	(1.419)
Caixa líquidos proveniente das operações	288.711	244.973
Encargos de dívidas pagos	(174.746)	(92.132)
Uso do bem público	(11.191)	(10.547)
Rendimento de aplicação financeira	20.711	25.667
Pagamento de juros – Arrendamentos	(109)	(41)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	123.376	167.921
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(5.974)	(10.409)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	-	(2.517)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(5.974)	(12.926)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	761	692
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(179.845)	(89.078)
Pagamento de principal – Arrendamentos	(176)	(195)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(179.260)	(88.581)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exe	(61.858)	66.414
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	149.781	83.367
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	87.923	149.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	87.923	149.781
Contas a receber de clientes e outros	10	153.546	149.964
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	15.204	10.318
Outros tributos a recuperar		6.393	5.930
Outros ativos circulantes		5.486	5.447
Total do circulante		268.552	321.440
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	9	45.416	41.171
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	292.714	273.317
Depósitos judiciais	16.1.c	60.400	56.819
Direito de uso		251	599
Imobilizado	11	3.651.235	3.809.849
Intangível	12	144.930	155.766
Total do não circulante		4.194.946	4.337.521
Total do ativo		4.463.498	4.658.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	13	72.506	73.540
Empréstimos e financiamentos	14	187.961	186.645
Passivo de arrendamento		249	272
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		1.937	2.340
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.3.1	13.190	15.470
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	15	15.084	14.191
Provisões ambientais	16.2	36.275	23.302
Outros passivos circulantes		5.939	8.120
Total do circulante		333.141	323.880
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	1.977.666	2.136.162
Passivo de arrendamento		374	505
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.3.1	15.535	11.341
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	15	175.109	172.593
Provisões ambientais	16.2	-	22.646
Provisões	16.1.a	123.793	112.274
Outros passivos não circulantes		1.024	884
Total do não circulante		2.293.501	2.456.405
Patrimônio líquido	17		
Capital Social		2.486.901	2.486.901
Prejuízo Acumulado		(650.045)	(608.225)
Total do patrimônio líquido		1.836.856	1.878.676
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.463.498	4.658.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.561.167	(74.266)	(608.225)	1.878.676
Prejuízo do exercício	-	-	(41.820)	(41.820)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.561.167</u>	<u>(74.266)</u>	<u>(650.045)</u>	<u>1.836.856</u>
	<u>Capital Social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.561.167	(74.266)	(567.485)	1.919.416
Prejuízo do exercício	-	-	(40.740)	(40.740)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>2.561.167</u>	<u>(74.266)</u>	<u>(608.225)</u>	<u>1.878.676</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. ("Companhia" ou "CHTP") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro detentora da Concessão de Uso do Bem Público para geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Teles Pires, com potência instalada de 1.820 MW, nos municípios de Paranaíba, Estado do Mato Grosso e Jacareacanga, Estado do Pará.

Em 30 de novembro de 2022, por meio da Portaria no. 709, o Ministério de Minas e Energia definiu o novo montante de garantia física da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que passou de 939,4 MWm para 964,2 MWm. Esta alteração é oriunda do processo de Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas que serão válidos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela UHE Teles Pires e comercializada pela Companhia ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada é negociada na seguinte proporção:

- 65% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 123,67 por MW/h referenciado em dezembro de 2023, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

- 35% são atualmente destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre ("CCEAL").

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 64.589 (R\$ 2.440 em 31 de dezembro de 2022). A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

É previsto nos planos de negócios dos Acionistas para a Companhia aporte de recursos se em alguma eventualidade a mesma não puder honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 11 e 12), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 7.1.2).

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Eletrobras, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.1.1 Gestão de riscos financeiros

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Gestão de riscos de mercado

(i) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras.

(ii) Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

a) Gestão de riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são alocadas preferencialmente em fundos de investimento exclusivo para empresas do Grupo Eletrobras e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 87.880 em fundos de investimento (R\$ 149.133 em 2022).

b) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

c) Gestão de riscos de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

(ii) Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da Política de Risco de Crédito do Grupo Eletrobras que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

1.1.2 Risco hidrológico

A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições climáticas e hidrológicas dos reservatórios. A receita da venda é vinculada à energia ‘, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo ONS.

Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu ao seguro de risco hidrológico conforme descrito na nota explicativa 12.

1.2 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	2023	
	Data da vigência	Importância Segurada
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2023 a 31/05/2024	100.000
Veículos - Operacionais	13/06/2023 a 13/06/2024	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas e Lucro Cessante	31/05/2023 a 31/05/2024	2.100.000
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2023 a 15/06/2024	99

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 09 de fevereiro de 2024 e será apresentado ao conselho de administração em 16 de fevereiro de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.3.1	Receita de fornecimento de energia e operação de energia na CCEE
7.1.4	Tributos sobre o lucro diferidos
11.1	Imobilizado
16.1.d	Provisão para processos judiciais
19.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes:

a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, uma entidade aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado.

A Companhia contabilizou anteriormente o imposto diferido sobre arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção aplicando a abordagem "integralmente vinculada", resultando em um resultado semelhante ao das alterações, com exceção ao ativo ou passivo fiscal diferido que foi reconhecido em uma base líquida. Após as alterações, a Companhia reconheceu um ativo fiscal diferido separado em relação a seus passivos de arrendamento e um passivo fiscal diferido em relação a seus ativos de direito de uso. No entanto, não houve impacto no balanço patrimonial pois os saldos se qualificam para compensação de acordo com o parágrafo 74 do CPC 32/IAS 12. Também não houve impacto sobre os lucros, prejuízos acumulados de abertura em 1º de janeiro de 2022 como resultado da alteração. O principal impacto para a Companhia está relacionado à divulgação dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Fornecimento de energia	1.045.873	1.030.644
Venda de crédito de carbono ¹	38	58.894
Receita operacional bruta	1.045.911	1.089.538
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.2)	(160.424)	(173.278)
Receita operacional, líquida	885.487	916.260

¹ Venda de 4 mil Certificados de Emissão Reduzida (CER), referente aos créditos de carbono gerados entres os anos de 2017 e 2020 do Projeto da Usina Hidrelétrica Teles Pires, e registrados junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	2023	2022
ACR	612.371	590.769
ACL	433.502	439.875
Total	1.045.873	1.030.644

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

3.2 Deduções de receita bruta

	2023	2022
Tributos		
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(11.077)	(12.071)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(95.722)	(98.237)
	(106.799)	(110.308)
Encargos setoriais		
Outros encargos ¹	(53.625)	(62.970)
	(53.625)	(62.970)
Total	(160.424)	(173.278)

(¹) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE) e outorga pela concessão de utilização do bem público (CFURH).

3.3 Política contábil e julgamento crítico**3.3.1 Política contábil**

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ('ACR'), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

3.3.2 Estimativas e julgamento crítico

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

A receita de operações de venda de crédito de carbono estão reconhecidas ao valor justo da contraprestação a receber quando o controle do crédito de carbono é transferido para o cliente.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2023	2022
Compra para revenda		
Energia curto prazo – PLD e MRE	(55.787)	(16.743)
Energia adquirida contrato bilateral	(92.763)	(196.241)
Outros	(703)	(679)
Subtotal	(149.253)	(213.663)
Créditos de PIS e COFINS	11.426	18.126
Total	(137.827)	(195.537)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(419.771)	(392.818)

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Encargos de conexão	(219)	(174)
Subtotal	(419.990)	(392.992)
Créditos de PIS e COFINS	38.814	39.187
Total	(381.176)	(353.805)
Total dos custos com energia elétrica	(519.003)	(549.342)

Em 2022 e 2023 foi necessária a compra de energia bilateral para recomposição de lastro. Em 2022 foram comprados 88 MW médios e em 2023 foram comprados 49 MW médios. A redução do montante de energia comprada bilateral em 2023 em comparação com 2022 aumento a exposição da Companhia no Mercado de Curto Prazo.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	2023			2022		
	Custos de operação	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de operação	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(7.486)	(4.676)	(12.162)	(8.396)	(3.748)	(12.144)
Administradores	-	(1.990)	(1.990)	-	(2.644)	(2.644)
Serviços de terceiros	(14.484)	(4.873)	(19.357)	(11.270)	(5.219)	(16.489)
Materiais	(1.959)	(14)	(1.973)	(1.946)	(118)	(2.064)
Depreciação e amortização	(175.285)	(362)	(175.647)	(174.793)	(495)	(175.288)
Provisão pra processos judiciais	-	(3.234)	(3.234)	-	55	55
Impostos, taxas e contribuições	(98)	(156)	(254)	(47)	(67)	(114)
Outras receitas e despesas, líquidas	(11.321)	(640)	(11.961)	(17.793)	(611)	(18.404)
Total	(210.633)	(15.945)	(226.578)	(214.245)	(12.847)	(227.092)

6. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras

	2023	2022
Renda de aplicações financeiras	20.711	25.667
(-) Tributos sobre receita financeira	(1.160)	(1.395)
Atualização de depósitos judiciais	3.938	3.680
Outras receitas financeiras	290	35
	23.779	27.987

Despesas Financeiras

Encargos sobre instrumentos de dívida ¹	(196.650)	(200.060)
Atualização de provisões ambientais	(109)	(3.207)
Atualização de UBP (Uso do Bem Público)	(9.938)	(11.700)
Atualização de provisões para processos judiciais	(12.544)	(9.914)
Outras despesas financeiras	(5.427)	(3.121)
	(224.668)	(228.002)

Outros resultados financeiros, líquidos

Perdas com variações monetárias	(233)	(194)
Ganhos com variações monetárias	-	624
	(233)	430

Resultado financeiro líquido

	(201.122)	(199.585)
--	------------------	------------------

(¹). Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (TJLP) e amortização de custos de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(61.216)	(59.759)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	20.813	20.318
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Outras adições (reversões) permanentes	(1.417)	(1.299)
Tributos sobre o lucro	19.396	19.019
Alíquota efetiva	32%	32%
Diferido ¹	19.396	19.019

- (1) A Companhia constituiu prejuízo fiscal em dezembro/21, entretanto no acumulado houve reversão de IRPJ e CSLL diferidos devido ao impacto do ressarcimento de risco não hidrológico (GSF), que foi considerado como diferença temporária, conforme quadro a seguir.

7.1.2 Tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2023	2022
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	272.256	260.533
Diferenças temporárias:		
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF	(12.939)	(13.505)
Provisão para processos judiciais	14.463	10.199
Provisões ambientais	16.507	13.341
Arrendamentos	126	61
PLR	182	197
Outros	2.119	2.491
Total	292.714	273.317

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	273.317
Efeitos reconhecidos no resultado	19.396
Saldos em 31 de dezembro de 2023	292.713
Saldos em 31 de dezembro de 2021	254.298
Efeitos reconhecidos no resultado	19.019
Saldos em 31 de dezembro de 2022	273.317

A UHE Teles Pires foi implantada na modalidade de *Project Finance*, de forma que os resultados dos primeiros anos de operação são fortemente impactados pelas despesas financeiras, que serão reduzidas com o passar dos anos, após amortização gradual dos financiamentos. Com isso, seu cenário de resultados tributários negativos apurados nos últimos anos tende a ser revertido. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2025	2026	2027	Entre 2028 e 2032	Entre 2033 e 2037
Ativo fiscal diferido, líquido	5.854	10.245	27.808	51.225	197.582

7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

	2023	2022
IRPJ	13.046	8.298
CSLL	2.158	2.020
Ativo	15.204	10.318

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía valores reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

A Companhia possui o montante de R\$ 1.063 em 31 de dezembro de 2023 (960 em 31 de dezembro de 2022), de um processo legal de natureza de Ação Tributária referente a crédito de saldo negativo de IRPJ/2011, cujo prognóstico de perda foi considerado possível pelos assessores jurídicos da Companhia.

7.1.4 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

7.3 Outros tributos

7.3.1 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2023	2022
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	1.140	1.335
Programa de integração social - PIS	669	583
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	3.099	2.714
Impostos e contribuições retidos na fonte	553	539
Outros	1.825	1.750
Outros tributos a recolher	7.286	6.921
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	10.498	13.410
Outros ⁽¹⁾	10.941	6.480
Encargos Setoriais	21.439	19.890
Total Outros tributos e encargos setoriais a recolher	28.725	26.811
Circulante	13.190	15.470
Não Circulante	15.535	11.341

⁽¹⁾ Referem-se a CFURH, FNDCT e MME.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	43	648
Fundos de Investimento	87.880	149.133
Total	87.923	149.781

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras é de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
Fundos de Investimento - BB	45.416	41.171

A Companhia mantém o valor aplicado no Banco do Brasil com objetivo de atender as obrigações contratuais dos empréstimos junto ao BNDES e de Repasse junto ao Banco do Brasil. Os valores depositados em garantia somente serão resgatados após o vencimento dos contratos.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

	2023	2022
Saldo inicial	41.171	34.293
Aplicação	-	2.517
Rendimentos	4.245	4.361
Saldo final	45.416	41.171

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2023	2022
Fornecimento de energia	110.095	106.513
Terceiros	76.676	49.837
Partes relacionadas (nota 18)	33.419	56.676
Venda de créditos de carbono	43.451	43.451
Partes relacionadas (nota 18)	43.451	43.451
Total	153.546	149.964

10.1 Fornecimento de energia elétrica

O saldo de contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreende os recebíveis oriundos da venda de energia.

	2023	2022
	Recebível	Recebível
ACR	36.400	68.663
ACL	73.695	37.850
Total	110.095	106.513

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	31/dez/2023	31/dez/2022
	Recebível	Recebível
A vencer	108.893	106.513
Saldos vencidos:		-
Entre 1 e 90 dias	1.202	-
Total	110.095	106.513

10.2 Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 19.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia não possui histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dadas essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

11. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	Centrais de hidroelétricas	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a.	2% - 16,67%	3,16% - 4%	6,25% - 14,29%	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.698.527	1.081.618	1.971	27.733	3.809.849
Adições	-	-	-	5.975	5.975
Baixas	-	-	-	-	-
Capitalização de gastos	-	-	(147)	-	(147)
Depreciação	(115.185)	(48.668)	(394)	-	(164.247)
Transferências entre classes	3.771	14.836	810	(19.417)	-
Transferências - Outros ativos	-	-	-	(195)	(195)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.587.113	1.047.786	2.240	14.096	3.651.235
Custo	3.574.737	1.459.142	3.555	14.096	5.051.530
Depreciação acumulada	(987.624)	(411.356)	(1.315)	-	(1.400.295)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.796.604	1.129.830	1.268	35.046	3.962.748
Adições	-	-	-	10.195	10.195
Baixas	-	-	-	(39)	(39)
Capitalização de gastos	-	-	-	213	213
Depreciação	(114.535)	(48.457)	(503)	-	(163.495)
Transferências entre classes	16.458	245	1.206	(17.909)	-
Transferências - Outros ativos	-	-	-	227	227
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.698.527	1.081.618	1.971	27.733	3.809.849
Custo	3.570.966	1.444.306	3.043	27.733	5.046.048
Depreciação acumulada	(872.439)	(362.688)	(1.072)	-	(1.236.199)

11.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

12. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão	Software	Outros	Ativos em formação ¹	Total
Taxa de amortização a.a.	3,13%% - 3,85%	20%	20%	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	150.999	14	4.752	1	155.766
Amortização	(6.425)	(32)	(4.574)	-	(11.031)
Transferências – entre intangíveis	-	195	-	(195)	-
Transferências – outros	-	-	-	195	195
Saldos em 31 de dezembro de 2023	144.574	177	178	1	144.930
Custo	189.586	226	25.078	1	214.891
Amortização acumulada	(45.012)	(49)	(24.900)	-	(69.961)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	157.244	20	12.342	-	169.606
Adições	-	-	-	1	1
Baixas	-	-	(1.955)	-	(1.955)
Amortização	(6.245)	(6)	(5.408)	-	(11.659)
Transferências – entre intangíveis	-	-	(227)	-	(227)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	150.999	14	4.752	1	155.766
Custo	189.586	31	25.077	1	214.695
Amortização acumulada	(38.587)	(17)	(20.325)	-	(58.929)

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para ressarcimento do risco hidrológico, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações.

A compensação aos geradores hidrelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração e deve ser reconhecida contabilmente como intangível em contrapartida à recuperação de custos com energia elétrica.

a. Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

13. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2023	2022
Energia elétrica	24.247	20.404
Terceiros	24.247	17.077
Partes relacionadas (nota 18)	-	3.327
Encargos de uso da rede	44.982	43.151
Terceiros	44.982	37.990
Partes relacionadas (nota 18)	-	5.161
Materiais e serviços	3.277	9.985
Terceiros	3.277	9.820
Partes relacionadas (nota 18)	-	165
Total	72.506	73.540

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**14.1 Dívida líquida**

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2023	2022
Empréstimos bancários	2.165.627	2.322.807
Empréstimos e financiamentos	2.165.627	2.322.807
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(87.923)	(149.781)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 9)	(45.416)	(41.171)
Dívida líquida	2.032.288	2.131.855

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

14.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados através de empréstimos bancários, em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente refletem os valores liberados pelos credores. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2023	2022
Dominados em R\$		
Indexados a taxas flutuantes	2.165.627	2.322.807
Passivo circulante	187.961	186.645
Passivo não circulante	1.977.666	2.136.162

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal	Juros	Total ¹
2024	181.072	162.739	343.811
2025	181.988	148.096	330.085
2026	182.904	135.042	317.946
2027	183.819	121.409	305.229
2028	184.756	107.980	292.736
Entre 2029 a 2033	937.996	327.145	1.265.141
Entre 2034 a 2036	372.269	30.136	402.405
Total	2.227.366	1.033.337	3.260.703

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros – Taxas de Juros de Longo Prazo (TJLP) - em vigor em 31 de dezembro de 2023 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2023	2022
Saldo inicial do período	2.322.807	2.303.265
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações	761	692
Amortizações de principal	(179.845)	(89.101)
Pagamento de encargos de dívida	(179.746)	(92.109)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	196.540	200.060
Saldo final do período	2.160.517	2.322.807

d) Linhas de Crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de financiamento	R\$	15/02/2036	12.000	9.246

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Os contratos mantidos com BNDES e Banco do Brasil contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia, com parâmetros pré-estabelecidos listados abaixo.

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), no mínimo igual a 1,30

O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças, estabelece que em caso de o ICSD ser inferior a 1,30, a Companhia deverá manter em garantia saldo mínimo equivalente a 6 vezes o valor do último serviço da dívida. A apuração é realizada com base nas informações registradas nas Demonstrações Financeiras anuais auditadas.

Em 31 de dezembro de 2023 o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida foi 0,89 (1,74 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia mantém o saldo mínimo necessário nas contas reservas previsto em contrato, que é de seis vezes o valor do serviço da dívida em 31 de dezembro de 2023 em função do não atingimento do covenants (e três vezes o valor do serviço da dívida em 31 de dezembro de 2022 em função do atingimento do covenants).

O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças estabelece ainda a cessão fiduciária aos credores dos direitos emergentes da concessão de que a Companhia é titular, em decorrência do contrato de concessão e seus aditivos.

- Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) no mínimo igual a 20%.

Em 31 de dezembro de 2023 este indicador foi de 41%. (Em 31 de dezembro de 2022 este indicador foi de 40%).

f) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

15. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 07 de setembro de 2014, a “CHTP” celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Teles Pires.

A “CHTP” recolherá ao Poder Concedente pelo Uso do Bem Público, objeto do Contrato de Concessão, parcelas mensais equivalentes a (1/12) um doze avos de pagamento anual de R\$ 5.515.

O início do pagamento dar-se-á a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, atestada pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR, até o 35º ano da Concessão. Os pagamentos iniciaram no mês de setembro de 2015, referente ao mês de maio de 2015.

O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir do mês anterior à data do Leilão.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 8.47% a.a.

A seguir apresentamos a mutação dos saldos:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	186.784
Atualização monetária	9.938
Ajuste a valor presente	4.662
Pagamentos	(11.191)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	190.193
Circulante	15.084
Não circulante	175.109
Saldos em 31 de dezembro de 2021	180.903
Atualização monetária	11.700
Ajuste a valor presente	4.728
Pagamentos	(10.547)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	186.784
Circulante	14.191
Não circulante	172.593

16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2023	2022
Provisões para processos judiciais (nota 16.1)	123.793	112.274
Provisão para obrigações ambientais (nota 16.2)	36.275	45.948
	160.068	158.222
Passivo circulante	36.275	23.302
Passivo não circulante	123.793	134.920

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais**a) Provisão para processos judiciais**

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	111.520	754	112.274
Adições e reversões, líquido	(772)	2.916	2.144
Atualização monetárias	8.733	642	9.375
Saldos em 31 de dezembro de 2023	119.481	4.312	123.793
Saldos em 31 de dezembro de 2021	102.830	523	103.353
Adições e reversões, líquido	(1.213)	218	(995)
Atualização monetárias	9.903	13	9.916
Saldos em 31 de dezembro de 2022	111.520	754	112.274

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

(i) Processos cíveis: Do total de R\$ 119.481 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 111.520 em 31 de dezembro de 2022) provisionados, destaca-se processos cíveis da Companhia que possuem como escopo, essencialmente, pleitos indenizatórios ambientais, e fundiários, principalmente no que tange à desapropriação de áreas de interesse da CHTP.

(ii) Processos trabalhistas: Os R\$ 4.312 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 754 em 31 de dezembro de 2022) provisionados, referem-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo o pleito de verbas trabalhistas, bem como de indenização por acidente de trabalho. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2023	2022
Processos cíveis (i)	223.605	204.080
Processos trabalhistas (ii)	1.158	5.243
Processos fiscais (iii)	61.228	54.028
	285.991	263.351

(i) Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com natureza de Ação Cível Pública ("ACP") no que tange à parte ambiental do empreendimento. A maioria de tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia possui um total estimado de R\$ 223.605 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 204.080 em 31 de dezembro de 2022) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

16.1.b.i - Claim do Consórcio Construtor

Em 14 de setembro de 2021 foi celebrado o acordo com o Consórcio Construtor Teles Pires - ("CCTP") para a extinção do processo de arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas instaurado em maio de 2016.

O referido acordo definiu que a companhia fizesse o pagamento de R\$ 77.000 ao CCTP, sendo R\$ 7.898 retidos a título de caução garantia, até a conclusão de pendências relativas à construção.

A provisão da contingência constituída em 2016 foi revertida em 30 de setembro de 2021, afetando (i) o imobilizado no montante de R\$ 45.657, visto o pleito ter sido iniciado no período pré-operacional da Hidrelétrica Teles Pires e (ii) o resultado financeiro num total de R\$ 61.913, pela reversão da atualização monetária do processo após o início da operação da usina.

(ii) Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.158 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5.243 em 31 de dezembro de 2022) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

(iii) Fiscais

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com a natureza de Ação Tributária como, por exemplo, autos de infração emitidos pela Secretaria do Estado da Fazenda – SEFAZ do estado do Mato Grosso no que tange a falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos externos, a Companhia possui valor estimado de R\$ 61.228 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 54.028 em 31 de dezembro de 2022).

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2023	2022
Processos cíveis	58.829	55.345
Processos trabalhistas	606	625
Processos fiscais	965	849
	60.400	56.819

d) Política contábil e julgamentos críticos**(i) Política contábil**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

16.2 Provisões ambientais

As obrigações de meio ambiente são derivadas das condicionantes dos programas do Projeto Básico Ambiental – PBA que é composto por programas socioambientais que tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos potenciais e decorridos da implantação do respectivo empreendimento. Este projeto básico ambiental faz parte do processo de licenciamento ambiental para se obter as Licenças Prévias (LP), Licenças de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) que o empreendedor deve aprovar, executar e acompanhar perante os órgãos licenciadores que no caso da UHE TELES PIRES são IBAMA e FUNAI.

As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.948
Baixa/Reversão	-
Pagamentos/Indenizações	(12.842)
Atualização	3.169
Saldos em 31 de dezembro de 2023	36.275
Circulante	36.275
Não circulante	-
 Saldos em 31 de dezembro de 2021	 60.217
Ajuste a valor presente	(1.955)
Pagamentos/Indenizações	(15.521)
Atualização	3.207
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.948
Circulante	23.302
Não circulante	22.646

Segue abaixo o cronograma de pagamento das provisões ambientais, considerando atualização monetária:

Cronograma	
2024	36.275
Total	36.275

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**17.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.486.901, correspondente a 2.486.901 ações ordinárias escrituradas, sem valor nominal.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Posição acionária em 31 de dezembro de 2023:

	ON	ON %
Teles Pires Participações S.A.	2.464.519	99,10%
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte.	22.382	0,90%
Total	2.486.901	100%

Posição acionária em 31 de dezembro de 2022:

	ON	ON %
Teles Pires Participações S.A.	2.464.519	99,10%
Neoenergia S.A.	22.382	0,90%
Total	2.486.901	100%

Em 16 de dezembro de 2022, a Neoenergia S.A celebrou com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") um Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual acordaram uma permuta de participações acionárias detidas em diversas empresas, dentre as quais a totalidade da participação acionária detida pela Neoenergia S.A na Companhia. A operação foi concluída em 26 de setembro de 2023.

17.2 Prejuízo por ação

Os valores do prejuízo básico e diluído por ações estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(41.820)	(40.740)
Média ponderada de número ações em circulação	2.561.167	2.561.167
Prejuízo básico e diluído por ação	(0,02)	(0,03)

18.PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos.

As operações de compra e venda de energia transacionadas com parte relacionadas, no mercado livre, foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

Em 16 de dezembro de 2022, a Neoenergia S.A. celebrou com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte um Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual acordaram uma permuta de participações acionárias detidas em diversas empresas, dentre as quais a totalidade da participação acionária detida pela Neoenergia S.A na Companhia. Em 26 de setembro de 2023 houve a assinatura do Termo de Fechamento ao Contrato de permuta de Ações. Desta forma, a partir desta data, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – Eletronorte passa a ser parte relacionada e a Neoenergia S.A. deixa de ser parte relacionada da Companhia.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas são apresentados abaixo:

18.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	31/12/2023		31/12/2022		
	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Ativo					
Contas a receber e outros	17.836	17.836	38.130	61.997	100.127
	17.836	17.836	38.130	61.997	100.127
Passivo					
Outros passivos	9.449	9.449	2.889	5.764	8.653
	27.285	27.285	2.889	5.764	8.653

18.2 Transações com partes relacionadas

	2023			2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Resultado do período						
Receita operacional	283.549	212.220	495.769	380.113	258.990	639.103
		(108.37)	(127.74)	(32.636)	(65.790)	(98.42)
Custos dos serviços	(19.379)	0)	9)			6)
Despesas gerais e administrativas	(1.320)	-	(1.320)	(2.060)	-	(2.060)
	1103.85	366.70	538.61	345.417	193.200	538.61
	262.850	0	0			7

18.3 Remuneração da administração

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentados como segue:

	2023	2022
Salários e benefícios recorrentes	1578	2.321
Benefícios de longo prazo	412	323
	1.990	2.644

19. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	2023		2022	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	43	87.880	648	149.133
Títulos e valores mobiliários	-	45.416	-	41.171
Contas a receber de clientes e outros	153.546	-	149.964	-
	153.589	133.296	150.612	190.304
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	72.506	-	73.540	-
Empréstimos e financiamentos	2.165.627	-	2.322.807	-
Passivo de arrendamento	623	-	777	-
Uso do bem público	190.193	-	186.784	-
Outros passivos financeiros	6.492	-	8.494	-
	2.435.441	-	2.592.403	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

19.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 19.2(d), (análise de sensibilidade).

a) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

	2023	2022
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	87.880	149.133
Títulos e valores mobiliários	45.416	41.171
	133.296	190.304

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

b) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	2023		2022	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	2.165.627	2.165.627	2.322.807	2.322.807

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valor mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

c) Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

d) Métodos e técnicas de avaliação**(i) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

e) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Ncional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	133.296	15.529	2.329	4.659
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	6,55%	(2.165.627)	(184.015)	(21.277)	(42.655)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LEONARDO SILVA DE CARVALHO
Presidente

Titulares

Leonardo Silva de Carvalho
Hugo Leonardo da Silva
Virgínia Fernandes Feitosa

DIRETORIA EXECUTIVA

Hugo Leonardo da Silva
**Diretor Administrativo, Financeiro, de
Coordenação e Meio Ambiente**

Antônio Augusto Bechara Pardauil
Diretor Técnico

CONTADOR

Alexandre Lira da Rocha
CRC-DF-018622/O

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 154, 9º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.810.896/0001-53, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A, alusivas ao exercício findo em 31.12.2023; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. relativas ao exercício findo em 31.12.2023.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2024.

Hugo Leonardo da Silva
Diretor Administrativo, Financeiro, de Coordenação e Meio Ambiente

Antônio Augusto Bechara Pardauil
Diretor Técnico

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Companhia Hidrelétrica Tele Pires S.A.**, tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2023, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2024.

LEONARDO SILVA DE CARVALHO

HUGO LEONARDO DA SILVA

VIRGÍNIA FERNANDES FEITOSA